



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**3ª VARA CRIMINAL**  
 Rua Conde do Pinhal, 2061, Centro, São Carlos - 13560-140 - SP

**TERMO DE AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO, DEBATES E JULGAMENTO**

Processo nº: **0003879-49.2012.8.26.0566**  
 Classe - Assunto: **Crime Contra A Ordem Tributária (L. 8.137/90) - Crimes contra a Ordem Tributária**  
 Documento de Origem: **IP - 434/2011 - 1º Distrito Policial de São Carlos**  
 Autor: **Justiça Pública**  
 Réu: **Henrique Hildebrand Júnior**

Aos 23 de agosto de 2017, às 15:45h, na sala de audiências da 3ª Vara Criminal do Foro de São Carlos, Comarca de São Carlos, Estado de São Paulo, sob a presidência do(a) MM. Juiz(a) de Direito Dr(a). ANDRÉ LUIZ DE MACEDO, comigo Escrevente ao final nomeado(a), foi aberta a **audiência de instrução, debates e julgamento**, nos autos da ação entre as partes em epígrafe. Cumpridas as formalidades legais e apregoadas as partes, compareceu a Promotora de Justiça, **Drª Neiva Paula Paccola Carnielli Pereira**. Presente o réu Henrique Hildebrand Júnior, acompanhado de defensora, a **Drª Anaclara Pedroso F. Valentim da Silva – OAB 288081/SP**. Prosseguindo, foi o réu interrogado. Como não houvesse mais prova a produzir o MM. Juiz deu por encerrada a instrução. **Pelas partes foi dito que não tinham requerimentos de diligências**. Não havendo mais provas a produzir o MM. Juiz deu por encerrada a instrução e determinou a imediata realização dos debates. **Pela Dra. Promotora foi dito:**“MM. Juiz: HENRIQUE HILDEBRAND JUNIOR, qualificado a fls.716, foi denunciado como incurso no artigo 1º, inciso II, da Lei 8.137/90, c.c. artigo 71, caput, do CP, porque nos meses de julho de 2005 e março, abril e maio de 2006, na Rodovia SP 215, Km. 141,5, nesta Comarca, representante e sócio da empresa “Rei Frango Avicultura Ltda”, fraudou a fiscalização tributária, recebendo mercadorias tributadas, desacompanhadas de documentação fiscal hábil para as operações, sonegando para o fisco ICMS no valor de R\$111.568,91, conforme AIM as fls.07/08. **A ação é improcedente**. Há dúvidas quanto ao dolo. Não se tem certeza se o réu sabia ou não que a empresa Prospecta Comércio de Cereais Ltda era ativa e regular, sendo declarada inidônea posteriormente. Alegou que comprou de boa-fé e alegou que não tinha qualquer problema. A testemunha Patrícia disse as fls.790 que não poderia afirmar se o réu sabia dos problemas de documentação que a empresa Prospecta. O então contador da empresa foi ouvido a fls.791 e disse que um funcionário do setor de compras fazia consultas no sistema SINTEGRA para verificação de idoneidade ou não das empresas vendedoras, dizendo que não pode afirmar se o réu tinha ciência dos problemas da empresa Prospecta. Assim, na dúvida, requeiro a absolvição. **Pela defesa foi dito:**“MM. Juiz: que o réu não tinha conhecimento da situação irregular da empresa contratada, uma vez que antes da contratação todas as fornecedoras são consultadas no SINTEGRA e os contratos só são firmado após o atestado de regularidade das mesmas. A empresa Prospecta só foi declarada inidônea em momento posterior à contratação pela empresa do réu, não sendo possível imputar responsabilidade penal a um fato que nem mesmo o fisco tinha conhecimento. Ademais, todas as transações foram regularmente escrituradas, o que demonstra boa-fé do declarante. Sendo assim, requeiro a absolvição. **Em seguida, pelo MM. Juiz foi dito que passava a proferir a seguinte sentença:**“VISTOS. HENRIQUE HILDEBRAND JUNIOR, qualificado a fls.716, foi denunciado como incurso no artigo 1º, inciso II, da Lei 8.137/90, c.c. artigo 71, caput, do CP, porque nos meses de julho de



# TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

3ª VARA CRIMINAL

Rua Conde do Pinhal, 2061, Centro, São Carlos - 13560-140 - SP

2005 e março, abril e maio de 2006, na Rodovia SP 215, Km. 141,5, nesta Comarca, representante e sócio da empresa “Rei Frango Avicultura Ltda”, fraudou a fiscalização tributária, recebendo mercadorias tributadas, desacompanhadas de documentação fiscal hábil para as operações, sonegando para o fisco ICMS no valor de R\$111.568,91, conforme AIM as fls.07/08. Recebida a denúncia (fls.733), houve citação e defesa preliminar, sem absolvição sumária (fls.752/752vº). Em instrução foi ouvida uma testemunha de acusação (fls.790) e uma de defesa (fls.791), havendo prova emprestada quanto ao depoimento da testemunha Silvio Roberto Perpétuo Groto (fls.885/886). Hoje, foi o réu interrogado, encerrando-se a instrução. Nas alegações finais as partes pediram a absolvição. **É o relatório. Decido.** Segundo Maria Patrícia (fls.790), o que de regra acontece é a declaração da inidoneidade da empresa vendedora após esta ter vendido as mercadorias. Neste caso a declaração de inidoneidade possui efeito retroativo. A fiscal não pôde esclarecer se o réu sabia do problema das empresas de quem comprou. Quanto a empresa Prospecta esclareceu que era tinha situações de regularidade quanto de irregularidade, deixando dúvida sobre o que pode ter acontecido. A fiscal também não soube esclarecer se o acusado participava ou não das compras. Existe um relatório de apuração a fls.180/182 no qual se constatou que o estabelecimento vendedor existiu, mas cessou suas atividades, mas mesmo assim emitiu notas fiscais. Esta declaração de inidoneidade, portanto, surge posteriormente às compras feitas pela empresa do réu. A empresa Agrototal teve a inscrição estadual bloqueada em 19.7.2006, posteriormente aos fatos da denúncia (fls.182). Segundo documento hoje juntado pela defesa em junho de 2005 a Agrototal constava como regular no SINTEGRA, e em fevereiro de 2006 constava que no SINTEGRA a empresa Prospecta estava regular. No tocante a empresa prospecta existe o relatório de fls.218/224 elaborado pela fiscalização paulista, a fls.223 consta que a empresa não está habilitada desde 31.5.2008. Há vários atos declaratórios relativos a documentos emitidos por esta empresa, todos de 2008 (fls.223/224). Tudo é posterior aos fatos da denúncia. Manoel (fls.791) foi contador da empresa. Confirmou que a pesquisa no SINTEGRA era realizada e havia cuidado tomado para as compras. O depoimento reforça a tese da inexistência de dolo. A testemunha de fls.885 depôs no mesmo sentido, o que não permite o reconhecimento do dolo no caso concreto. Daí, a absolvição. Ante o exposto, julgo **IMPROCEDENTE** a ação e **absolvo** HENRIQUE HILDEBRAND JUNIOR com fundamento no artigo 386, III, do Código de Processo Penal. Transitada em julgado, ao arquivo. Publicada nesta audiência e saindo intimados os interessados presentes, registre-se e comunique-se. Eu, Carlos André Garbuglio, digitei.

MM. Juiz: Assinado Digitalmente

Promotora:

Defensora:

Réu: